



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE
E SECRETARIADO EXECUTIVO**

CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LUCAS GOMES DOS SANTOS

**ANÁLISE COMPARATIVA DO LETRAMENTO FINANCEIRO NO ENSINO
BÁSICO DO BRASIL COM OUTROS PAÍSES ENTRE 2015 E 2022**

FORTALEZA

2025

LUCAS GOMES DOS SANTOS

ANÁLISE COMPARATIVA DO LETRAMENTO FINANCEIRO NO ENSINO BÁSICO DO
BRASIL COM OUTROS PAÍSES ENTRE 2015 E 2022

Trabalho de conclusão de curso apresentada ao curso de graduação de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará.

Orientador: Prof^ª. Dra. Sandra Maria dos Santos.

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S236a Santos, Lucas Gomes dos.
ANÁLISE COMPARATIVA DO LETRAMENTO FINANCEIRO NO ENSINO BÁSICO DO BRASIL
COM OUTROS PAÍSES ENTRE 2015 E 2022 / Lucas Gomes dos Santos. – 2025.
43 f.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia,
Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Administração, Fortaleza, 2025.
Orientação: Profa. Dra. Sandra Maria dos Santos.
1. letramento financeiro. 2. educação financeira. 3. ensino básico. 4. PISA. I. Título.
- CDD 658
-

LUCAS GOMES DOS SANTOS

ANÁLISE COMPARATIVA DO LETRAMENTO FINANCEIRO NO ENSINO BÁSICO DO
BRASIL COM OUTROS PAÍSES ENTRE 2015 E 2022

Trabalho de conclusão de curso apresentada ao curso de graduação de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará.

Aprovada em: 11/03/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Sandra Maria dos Santos (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Rui de Almeida Rocha
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Rafael Barros Barbosa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus.

A minha família.

A todos que acreditam que a educação pode
mudar o mundo.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por me conceder força, sabedoria e oportunidades ao longo desta caminhada.

À minha família, pelo amor, apoio incondicional e por sempre acreditarem em mim.

À minha esposa, Layla, que esteve ao meu lado em todos os momentos desta jornada, me incentivando, apoiando e tornando-me um homem melhor.

À professora Sandra Maria dos Santos pela orientação, paciência e contribuições valiosas neste trabalho. Seu conhecimento e incentivo foram fundamentais para meu crescimento acadêmico.

Ao corpo docente e funcional do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará, por proporcionar uma formação de excelência e uma experiência acadêmica enriquecedora.

Aos professores membros da banca examinadora, pelo tempo dedicado, pelas contribuições valiosas e pelas sugestões que enriqueceram este trabalho.

À equipe da Bomprat, pelo suporte e apoio ao longo deste percurso.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

“O risco vem de não saber o que você está fazendo.” (Buffett, 2005, p. 180).

RESUMO

Este estudo faz uma análise comparativa do letramento financeiro no ensino básico do Brasil com outros países, considerando sua evolução ao longo das edições do *Programme for International Student Assessment* (PISA) e as políticas públicas implementadas, como a inclusão do letramento financeiro na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Adotando uma abordagem documental, descritiva e quantitativa, a pesquisa analisa dados secundários referentes ao período de 2015 a 2022 com o intuito de investigar o papel das políticas públicas no letramento financeiro no ensino básico do Brasil, comparar o desempenho dos estudantes brasileiros com o de outros países e avaliar o status socioeconômico nessa proficiência. Os resultados demonstram que, embora haja avanços pontuais – como o aumento da pontuação média no PISA entre 2015 e 2018 –, o desempenho permanece abaixo da média dos países da OCDE. Fatores como o baixo índice de status socioeconômico (ESCS) influenciam as pontuações dos alunos, ressaltando a importância de uma atuação integrada entre escolas, famílias e políticas públicas para a redução das desigualdades e o aprimoramento do ensino financeiro. Assim, o estudo reforça a necessidade de metodologias ativas de ensino e da capacitação continuada dos professores para promover um letramento financeiro mais eficaz e inclusiva.

Palavras-chave: letramento financeiro; educação financeira; ensino básico; PISA.

ABSTRACT

This study makes a comparative analysis of financial literacy in basic education in Brazil with other countries, considering its evolution over the editions of the Program for International Student Assessment (PISA) and the public policies implemented, such as the inclusion of financial literacy in the National Common Curriculum Base (BNCC) and the National Strategy for Financial Education (ENEF). Adopting a documentary, descriptive and quantitative approach, the research analyzes secondary data from 2015 to 2022 in order to investigate the role of public policies in financial literacy in basic education in Brazil, compare the performance of Brazilian students with that of other countries and evaluate socioeconomic status in this proficiency. The results show that although there has been some progress - such as an increase in the average PISA score between 2015 and 2018 - performance remains below the average for OECD countries. Factors such as the low socioeconomic status index (ESCS) influence students' scores, highlighting the importance of integrated action between schools, families and public policies to reduce inequalities and improve financial education. The study thus reinforces the need for active teaching methodologies and ongoing teacher training to promote more effective and inclusive financial literacy.

Keywords: financial literacy; financial education; primary education; PISA.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tendência dos Níveis de Proficiência ao Longo dos Anos (Brasil)	33
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Médias e medidas de erro-padrão por edição	32
Tabela 2 – Comparativo Brasil x Média OCDE	33
Tabela 3 – Situação socioeconômica dos estudantes entre BRASIL e OCDE	35
Tabela 4 – Relação entre o Índice ESCS e as Notas do PISA em Letramento Financeiro (Brasil x OCDE)	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Níveis de proficiência	25
Quadro 2 – Quadro comparativo dos estudos empíricos sobre letramento financeiro no Brasil	27

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN	Banco Central do Brasil
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CONEF	Comitê Nacional de Educação Financeira
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
ESCS	Índice de Status Econômico, Social e Cultural
FBEF	Fórum Brasileiro de Educação Financeira
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PISA	Programme for International Student Assessment

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Contextualização e Justificativa	14
1.2	Questão de pesquisa	16
1.3	Objetivos	16
<i>1.3.1</i>	<i>Objetivo geral</i>	16
<i>1.3.2</i>	<i>Objetivos específicos</i>	16
1.4	Metodologia	16
1.5	Seções do Trabalho	17
2	REVISÃO DE LITERATURA	18
2.1	Conceitos de letramento financeiro	18
2.2	Políticas públicas de letramento financeiro do Brasil	20
<i>2.2.1</i>	<i>Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)</i>	20
<i>2.2.2</i>	<i>Base Nacional Comum Curricular (BNCC)</i>	22
2.3	Letramento financeiro no PISA	24
2.4	Estudos empíricos sobre letramento financeiro no Brasil	26
3	METODOLOGIA DE PESQUISA	29
3.1	Tipologia da pesquisa	29
3.2	Coleta e análise dos dados	29
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	32
4.1	Comparação do letramento financeiro no Brasil com outros países	32
4.2	Comparação do status socioeconômico e do desempenho do letramento financeiro no ensino básico (BRASIL x OCDE)	34
5	CONCLUSÃO	38
	REFERÊNCIAS	39

1 INTRODUÇÃO

O letramento financeiro tem se consolidado como uma prioridade em diversos países, sendo reconhecida como essencial para o fortalecimento da cidadania e a promoção da inclusão social. A capacidade de gerir recursos financeiros com responsabilidade e conhecimento tornou-se ainda mais relevante no contexto das crises econômicas globais, aumento do endividamento das famílias e necessidade de planejamento financeiro de longo prazo (Franzoni *et al.*, 2018).

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o letramento financeiro é definido da seguinte forma:

(...) é o conhecimento e a compreensão de conceitos e riscos financeiros, bem como as habilidades e atitudes para aplicar esse conhecimento a fim de tomar decisões eficazes em uma variedade de contextos financeiros, melhorar o bem-estar financeiro de indivíduos e da sociedade e permitir a participação na vida econômica (OCDE, 2024, p.40, tradução nossa).

Essa competência, essencial para a autonomia financeira e o exercício da cidadania, tem sido discutida em agendas educacionais internacionais e nacionais, especialmente com a crescente digitalização e a facilidade de acesso a produtos financeiros.

Nesse cenário, estratégias nacionais de letramento financeiro, como as promovidas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) demonstram a importância de políticas públicas estruturadas para capacitar a população a lidar com desafios econômicos cotidianos (Franzoni *et al.* 2018).

No Brasil, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), lançada em 2010, ilustra um esforço pioneiro ao integrar letramento financeiro ao currículo escolar e promover ações voltadas para diferentes públicos (Banco Central do Brasil, 2010). Entretanto, os resultados dessas iniciativas variam consideravelmente, refletindo diferenças políticas e socioeconômicas.

1.1 Contextualização e Justificativa

A crescente complexidade do ambiente econômico global, associada às frequentes crises financeiras, destacou a necessidade de capacitar os cidadãos a tomarem decisões financeiras informadas e responsáveis. De acordo com o a publicação *Recommendation of the Council on Financial Literacy* (OECD, 2020):

O letramento financeiro é uma combinação de consciência financeira, conhecimentos, competências, atitudes e comportamentos necessários para tomar decisões financeiras corretas e, em última análise, alcançar o bem-estar financeiro individual (OCDE, 2020, p. 6, tradução nossa).

Desta forma, o letramento financeiro desempenha um papel crucial na construção de sociedades economicamente resilientes, permitindo que indivíduos compreendam e gerenciem melhor seus recursos. Essas premissas ganham ainda mais importância em países como o Brasil, onde a falta de planejamento financeiro é um desafio persistente, dado o alto índice de endividamento das famílias e a baixa poupança, como indicam estudos recentes (Carvalho; Pereira, 2023).

O *Programme for International Student Assessment* (PISA) é uma pesquisa trienal de estudantes de 15 anos ao redor do mundo que avalia até que ponto eles adquiriram conhecimento e habilidades essenciais para a participação plena na vida social e econômica (OCDE, 2024). De acordo com o relatório da OCDE:

As avaliações do PISA vão além de verificar se os alunos próximos ao final da educação obrigatória conseguem reproduzir o conteúdo aprendido, elas analisam também a capacidade dos estudantes de extrapolar esse conhecimento e aplicá-lo em contextos novos, tanto dentro quanto fora do ambiente escolar (OCDE, 2024, p. 25, tradução nossa).

Soares e Nascimento (2012) destacam que o desenho do PISA e sua continuidade ao longo de várias edições tornam possível identificar tendências e comparações relevantes. O exame avalia situações práticas, habilidades e competências adquiridas pelos estudantes ao longo de sua vida escolar, fornecendo uma visão sobre a preparação desses jovens para desafios futuros, tanto no âmbito educacional quanto no mercado de trabalho. Além disso, permite acompanhar a evolução do desempenho brasileiro e compará-lo ao de outros países.

No Brasil, o letramento financeiro adquiriu maior visibilidade nos últimos anos com a inclusão de conceitos relacionados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta os currículos escolares a partir de uma abordagem interdisciplinar. No entanto, a avaliação da OCDE por meio do PISA revela que há desafios na formação financeira de jovens brasileiros (OCDE, 2024). Os resultados apresentados em relatórios recentes mostram que o desempenho dos estudantes brasileiros em letramento financeiro está consistentemente abaixo da média global, evidenciando desigualdades socioeconômicas e limitações na aplicação de políticas públicas efetivas.

1.2 Questão de pesquisa

Esse contexto levanta a seguinte questão: Como se comportou o desempenho do letramento financeiro no ensino básico do Brasil em comparação com outros países?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Investigar o comportamento do desempenho do letramento financeiro no ensino básico do Brasil em comparação com outros países.

1.3.2 Objetivos específicos

- Investigar o papel das políticas públicas do letramento financeiro no ensino básico no Brasil;
- Comparar o desempenho do letramento financeiro no ensino básico do Brasil com outros países;
- Comparar o status socioeconômico e o desempenho do letramento financeiro no ensino básico no Brasil com outros países.

1.4 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa documental, descritiva e quantitativa. A pesquisa documental caracteriza-se pelo uso de fontes já existentes, como relatórios oficiais, artigos acadêmicos e documentos institucionais, enquanto a pesquisa descritiva busca observar, registrar e analisar as características de um fenômeno, detalhando sua natureza e suas relações, permitindo a interpretação sistemática dos dados coletados (Gil, 2002). A coleta de dados é baseada em dados secundários compreendendo o período entre 2015 e 2022 em decorrência da limitação de dados.

1.5 Seções do Trabalho

Este Trabalho de Conclusão de Curso investiga o letramento financeiro no ensino básico do Brasil, combinando fundamentos teóricos e análise empírica. A introdução contextualiza o tema, apresentando a relevância do letramento financeira, os objetivos do estudo e a metodologia adotada, baseada em uma abordagem documental, descritiva e quantitativa, com análise de dados do PISA entre 2015 e 2022.

A revisão de literatura explora os conceitos e dimensões do letramento financeiro, destacando contribuições da OCDE, além das políticas públicas brasileiras, como a ENEF e a BNCC. Também são analisados estudos que revelam que apesar dos avanços na pesquisa e na implementação do letramento financeiro, ainda há desafios na mensuração da proficiência, na inclusão curricular e na adaptação das estratégias às realidades socioeconômicas.

A metodologia descreve os procedimentos de coleta e análise dos dados, os quais se fundamentam em fontes secundárias, como os relatórios do *Programme for International Student Assessment* (PISA) e os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), referentes ao período de 2015 a 2022.

Os resultados obtidos evidenciam que, apesar dos avanços pontuais – observados pelo incremento das pontuações do PISA entre 2015 e 2018 –, o desempenho dos estudantes brasileiros continua significativamente aquém da média dos países da OCDE. Essa defasagem é fortemente influenciada por fatores socioeconômicos, conforme demonstrado pela discrepância nos índices ESCS, e ressalta a necessidade de ações que promovam a equidade no acesso ao letramento financeiro.

Em síntese, o estudo comparou o desempenho do letramento financeiro no ensino básico do Brasil com outros países, analisando o impacto das políticas públicas e do status socioeconômico. Os resultados indicaram que, apesar da inclusão do tema na BNCC e da ENEF, desafios estruturais comprometem sua efetividade, com o Brasil apresentando desempenho inferior aos países da OCDE. A relação entre status socioeconômico e proficiência reforça a necessidade de políticas mais abrangentes para reduzir desigualdades. O estudo destaca limitações, como a dependência de dados secundários, sugerindo futuras pesquisas qualitativas para avaliar a aplicação prática do ensino financeiro e seu impacto a longo prazo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O letramento financeiro tem se tornado um tema de crescente importância no cenário educacional global, especialmente devido à sua relevância para a tomada de decisões informadas e ao impacto direto na qualidade de vida dos indivíduos (OCDE, 2024).

A relevância desse tema é evidente na formulação de políticas públicas voltadas para a inclusão do letramento financeiro nos currículos escolares, como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) no Brasil (Giordano *et al.*, 2019). Além disso, avaliações internacionais, como o *Programme for International Student Assessment* (PISA), monitoram o desempenho dos alunos em relação ao letramento financeiro, permitindo comparações entre diferentes países e sistemas educacionais (Capelato; Cúri; 2023).

2.1 Conceitos de letramento financeiro

A OCDE define o letramento financeiro como “uma combinação de consciência financeira, conhecimentos, aptidões, atitudes e comportamentos necessários para tomar decisões financeiras corretas e, em última análise, alcançar os objetivos financeiros individuais.” (OCDE, 2020, p. 6). O conceito inclui não apenas a compreensão teórica de finanças, mas também a capacidade de aplicar esse conhecimento em situações práticas do cotidiano.

A estrutura conceitual do letramento financeiro da OCDE (2024) divide-se em três dimensões principais:

- Conhecimento financeiro: compreensão dos princípios básicos das finanças pessoais, como juros compostos, inflação e orçamento.
- Comportamento financeiro: hábitos e práticas na gestão de dinheiro, incluindo economia, investimentos e planejamento de longo prazo.
- Atitudes financeiras: valores e crenças sobre dinheiro, consumo e segurança financeira.

Segundo Sena (2017), o letramento financeiro está diretamente associado às habilidades de leitura, análise e interpretação de situações financeiras, ao conhecimento de elementos básicos pertinentes ao contexto no qual o sujeito está inserido, à sua capacidade de considerar variáveis e implicações de suas ações no processo de tomada de decisões conscientes que promovam o bem-estar financeiro individual e social. Essa perspectiva

amplia o conceito para além da matemática financeira tradicional, incorporando aspectos sociais e comportamentais no processo de ensino.

Para Nascimento e Moraes (2023), o letramento financeiro contribui para desenvolver uma compreensão mais ampla da Educação Financeira, que considere tanto conceitos de Matemática Financeira, quanto a capacidade de analisar situações que envolvem conhecimentos econômico-financeiros, de forma crítica, pela reflexão sobre situações contextualizadas com as realidades individuais e sociais. Dessa forma, a abordagem educacional deve ser estruturada para permitir que os alunos não apenas compreendam os conceitos financeiros, mas também os utilizem de maneira eficaz em suas vidas diárias.

De acordo com Vitt (2004), o letramento financeiro pode ser compreendido como um processo de instrumentalização do cidadão, visando melhorar a sua capacidade de tomar decisões que afetem diretamente sua situação financeira. Segundo essa autora, esse tipo de letramento é fruto de um esforço contínuo para desenvolver comportamentos e atitudes apropriadas, fundamentadas no conhecimento financeiro e nos valores pessoais, que abrangem aspectos internos como questões psicológicas, espirituais, físicas, sociais e financeiras. Vitt (2004) destaca que:

Os esforços de educação financeira são verdadeiramente significativos se se basearem naquilo que os consumidores valorizam e naquilo que se lhes pode ensinar a valorizar. A incorporação dos valores dos consumidores nas oportunidades de aprendizagem pode proporcionar a “centelha interior” essencial para que desejem a autossuficiência financeira, porque acreditam que podem realmente alcançá-la. Os profissionais dos serviços financeiros e os educadores, tal como os publicitários, devem ir ao encontro dos consumidores nos seus próprios termos. Há poucas hipóteses de ocorrerem mudanças reais nos comportamentos financeiros dos consumidores, a menos que os objetivos de todos os intervenientes financeiros sejam postos em congruência (Vitt, 2004, p. 76, tradução nossa).

Para Lusardi, Mitchell e Curto (2010, p. 23, *apud* Giordano *et al.*, 2019, p. 11), "o letramento financeiro não está inteiramente determinado pela habilidade cognitiva. Embora esta variável desempenhe um papel na explicação das diferenças de conhecimento financeiro entre os jovens, não é o único fator relevante". Isso significa que outras variáveis, como a formação e a personalidade do indivíduo, também desempenham um papel importante no desenvolvimento do letramento financeiro. Dessa forma, destaca-se a importância de o letramento financeira ser introduzido no currículo escolar antes que os indivíduos precisem tomar decisões financeiras complexas, garantindo melhor preparação para lidar com contratos financeiros e investimentos.

Portanto, o conceito de letramento financeiro envolve uma abordagem multidimensional, que combina conhecimentos técnicos, habilidades práticas e atitudes responsáveis. Conforme a literatura aponta, o letramento financeiro deve ser tratado como um processo contínuo e crítico, capacitando os indivíduos para lidar com desafios econômicos e tomar decisões que garantam maior estabilidade financeira e bem-estar social (Giordano *et al.*, 2019).

2.2 Políticas públicas de letramento financeiro do Brasil

No Brasil, as discussões acadêmicas sobre Letramento Financeiro eram praticamente inexistentes, enquanto nos Estados Unidos e na Europa esse tema ainda estava em estágio inicial. Até mesmo a Matemática Financeira tinha uma presença muito limitada (Giordano *et al.*, 2023). Vale destacar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), em seu artigo 22 estabelece que:

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (Brasil, 1996, p. 8).

Diante disso, percebe-se a importância de que essa temática seja abordada no ambiente escolar.

2.2.1 Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)

As discussões sobre letramento financeiro surgiram no âmbito de organismos multilaterais e governos no mundo todo, com o propósito de formar cidadãos conscientes do impacto de suas ações como agentes financeiros individuais na sociedade global (Santos; Mourad, 2024). Para Bufalo e Pinto (2023), no contexto brasileiro, essas discussões passaram a ganhar maior relevância após a crise financeira global de 2008.

A digitalização dos mercados, aliada a mudanças demográficas, sociais e econômicas, evidenciou a importância da responsabilidade e da prudência na tomada de decisões financeiras. Esse contexto impulsionou tanto o governo quanto a sociedade civil a desenvolverem políticas públicas voltadas à regulamentação e institucionalização do letramento financeiro, visando à formação de cidadãos mais responsáveis e conscientes de suas escolhas (Bufalo; Pinto, 2023). O instrumento para efetivar a essas proposições foi a

política pública na área de educação o qual seria denominado Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) (Santos; Mourad, 2024).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma entidade internacional que orienta a implementação de iniciativas voltadas ao letramento financeiro em nível global. Nesse contexto, o Brasil empreendeu esforços para instituir a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) no país (Santos; Mourad, 2024).

A ENEF foi criada em 2010 pelo Decreto nº 7.397/2010 com o objetivo de "promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores" (Brasil, 2010). Essa iniciativa reflete a crescente preocupação com o baixo nível de letramento financeiro da população brasileira e a necessidade de políticas educacionais para fortalecer esse conhecimento.

O Artigo 2º do Decreto nº 7.397/2010 que definia as diretrizes da ENEF, mais tarde foi revogado pelo Decreto nº 10.393, de 2020 que diz:

I - implementar e estabelecer os princípios da ENEF;

II - divulgar as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal propostas por seus membros, por outros órgãos e entidades públicas ou por instituições privadas;

III - compartilhar as informações sobre as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal produzidas pelos órgãos e entidades representados, para identificar as oportunidades de articulação; e

IV - promover a interlocução entre os órgãos ou as entidades públicas e as instituições privadas para estimular e, sempre que possível, integrar as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal (Brasil, 2020).

O Decreto nº 10.393/2020 reformulou a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), substituindo as diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 7.397/2010 e ampliando suas funções. Entre suas principais mudanças, o novo decreto enfatiza a implementação dos princípios da ENEF e a divulgação das ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal promovidas por órgãos públicos e instituições privadas. Além disso, estabelece mecanismos para o compartilhamento de informações entre os membros da estratégia, permitindo maior articulação entre os envolvidos. Outra inovação foi a criação de um ambiente de interlocução entre entidades públicas e privadas para integrar e estimular iniciativas que promovam o letramento financeiro no país, fortalecendo a educação

financeira como política pública contínua e adaptável às necessidades da sociedade (Brasil, 2020).

A ENEF consolidou-se como uma política pública voltada para a formação de cidadãos conscientes sobre o impacto de suas ações financeiras. Segundo Santos e Mourad (2024), a implementação da ENEF seguiu um longo processo de estruturação, envolvendo múltiplos atores institucionais, desde o Banco Central do Brasil (BACEN), o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) até entidades da sociedade civil, criando um ambiente propício para o desenvolvimento de programas e materiais didáticos.

Segundo Bufalo e Pinto (2023), a ENEF passou por um redirecionamento estratégico nos anos de 2017 e 2018, período que coincide com a sua entrada como tema transversal na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da educação básica brasileira. Essa reformulação da política educacional brasileira teve como objetivo não apenas a inclusão do ensino de conceitos financeiros, mas também a construção de um pensamento crítico sobre consumo e planejamento financeiro.

2.2.2 Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi elaborada com o propósito de unificar o ensino no Brasil e estabelecer competências essenciais para todos os alunos da educação básica. Sua formulação teve início em 2014, com a primeira versão para o Ensino Fundamental finalizada em 2015. Após alterações e ajustes, uma nova versão foi concluída em 2016 e, finalmente, homologada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em dezembro de 2017 (Giordano *et al.*, 2019).

A BNCC trouxe inovações significativas, incluindo a inserção do letramento financeiro como um tema transversal. Segundo Giordano *et al.* (2019) a BNCC apresenta, de forma clara e objetiva, a orientação de que sejam abordados conceitos básicos de economia e finanças, visando o letramento financeiro dos alunos, elencando uma série de conteúdos básicos para discussão, tais como taxa de juros, inflação, investimentos e impostos. Essa abordagem tem como objetivo capacitar os estudantes a tomar decisões financeiras responsáveis, fomentando uma cultura de planejamento econômico desde a juventude.

A introdução do letramento financeiro na BNCC representou um avanço em relação aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que não contemplavam diretamente essa temática. De acordo com Bufalo e Pinto (2023), a BNCC estipula as áreas de

conhecimento obrigatórias, porém são os estados e os municípios que definem como o assunto será atribuído à matriz curricular do sistema de ensino, tendo em vista que a temática do letramento financeiro deverá ser abordada de maneira transversal entre as demais disciplinas, reforçando o caráter constitutivo da política pública. Essa descentralização permite que cada sistema educacional adeque a abordagem do letramento financeiro às suas especificidades regionais.

Além de sua abordagem na disciplina de Matemática, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) incorpora o letramento financeiro em outras áreas do conhecimento, como Língua Portuguesa, Ciências Naturais e História. De acordo com Brasil (2018):

Há hoje mais espaço para o empreendedorismo individual, em todas as classes sociais, e cresce a importância da educação financeira e da compreensão do sistema monetário contemporâneo nacional e mundial, imprescindíveis para uma inserção crítica e consciente no mundo atual. Diante desse cenário, impõem-se novos desafios às Ciências Humanas, incluindo a compreensão dos impactos das inovações tecnológicas nas relações de produção, trabalho e consumo (Brasil, 2018, p. 568).

Tais diretrizes não apenas fortalecem a formação acadêmica dos alunos, mas também amplia suas oportunidades de desenvolver habilidades financeiras fundamentais para sua vida adulta, garantindo que compreendam conceitos como orçamento, consumo consciente e planejamento financeiro.

Outro aspecto relevante da BNCC é seu alinhamento com a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Segundo Giordano *et al.* (2019), a implementação da BNCC pode impulsionar a ampliação das ações educativas que visem à promoção do letramento financeiro brasileiro, considerando tanto sua presença curricular dentro da própria disciplina de Matemática quanto articulando-a com outros saberes, como um tema transversal. Dessa forma, a política educacional reforça a necessidade de integrar o ensino financeiro de maneira interdisciplinar.

Segundo Vieira e Pessoa (2020), na BNCC, o letramento financeiro está posto como um dos temas transversais, que deve fazer parte dos currículos de todas as escolas públicas e particulares da jurisdição brasileira. De acordo com as orientações da BNCC, o letramento financeiro deve ser abordado em diversas áreas do conhecimento, com conteúdos que estejam próximos à realidade dos estudantes, ajudando a desenvolverem conhecimentos sobre finanças (Vieira; Pessoa, 2020). Essa abordagem visa proporcionar aos alunos ferramentas que permitam uma melhor compreensão e gestão dos recursos financeiros ao longo da vida.

2.3 Letramento financeiro no PISA

O *Programme for International Student Assessment* (PISA) é realizado a cada três anos com estudantes de 15 anos de vários países. Os resultados do PISA permitem que cada país avalie os conhecimentos e as habilidades de seus estudantes em comparação com os de outros países, aprenda com as políticas e práticas aplicadas em outros lugares e formule suas políticas e programas educacionais visando à melhora da qualidade e da equidade dos resultados de aprendizagem (INEP, 2025, online).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) atua como o órgão responsável por planejar e operacionalizar as avaliações no Brasil. Suas atribuições incluem representar o país junto à OCDE, gerenciar a tradução dos instrumentos avaliativos, coordenar a aplicação desses instrumentos nas escolas selecionadas, realizar a coleta das respostas dos participantes, supervisionar a codificação dessas respostas, analisar os dados obtidos e elaborar o relatório nacional correspondente (INEP, 2025).

O PISA avalia três domínios – leitura, matemática e ciências – em todas as edições ou ciclos. A cada edição, é avaliado um domínio principal, o que significa que os estudantes respondem a um maior número de itens no teste dessa área do conhecimento e que os questionários se concentram na coleta de informações relacionadas à aprendizagem nesse domínio. A pesquisa também avalia domínios chamados inovadores, como Resolução de Problemas, Letramento Financeiro e Competência Global (INEP, 2025). Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP):

Os resultados mostram até que ponto os alunos de 15 anos de idade possuem os conhecimentos financeiros e as habilidades necessárias para fazer uma transição bem-sucedida da escolaridade obrigatória para o ensino superior, o emprego ou o empreendedorismo. As finanças fazem parte da vida cotidiana de muitos jovens, uma vez que eles já são consumidores de serviços financeiros, como contas bancárias, e ganham dinheiro com pequenos empregos formais ou informais. À medida que se aproximam do fim da escolaridade obrigatória, provavelmente, enfrentarão escolhas financeiras complexas e desafiadoras, por exemplo, o aluguel de um imóvel para morar, o financiamento dos estudos no ensino superior, etc. (INEP, 2017).

A proficiência dos estudantes em letramento financeiro, até o momento, foi avaliada pela OCDE em 2012, 2015, 2018 e 2022. O Brasil participou das três últimas edições (OCDE, 2024).

Os resultados de letramento financeiro do PISA são apresentados utilizando uma escala contínua que combina a dificuldade das questões e a proficiência dos participantes.

Essa abordagem permite posicionar, em uma mesma escala, o nível de proficiência exigido pelas questões e o desempenho dos estudantes. Assim, é possível descrever o nível de habilidade ou letramento financeiro de cada participante com base nos tipos de tarefas que ele ou ela consegue realizar corretamente na maior parte do tempo (OCDE, 2020).

As estimativas de proficiência dos estudantes são baseadas nas tarefas que eles têm maior probabilidade de executar com sucesso. Isso significa que, de forma geral, os estudantes conseguem responder corretamente às questões cujo nível de dificuldade é igual ou inferior ao ponto em que estão posicionados na escala. Além disso, quanto maior for o nível de proficiência de um participante em relação à dificuldade de uma questão, maior será a probabilidade de ele respondê-la corretamente (OCDE, 2020).

Por outro lado, os participantes tendem a apresentar maior dificuldade em responder questões cujo nível de dificuldade supera sua posição na escala. Nesse caso, quanto maior for a distância entre o nível de proficiência do estudante e a dificuldade da questão, menor será a probabilidade de ele conseguir resolvê-la com sucesso (OCDE, 2020).

Os níveis de proficiência são organizados em uma escala que reflete a progressão das habilidades necessárias para lidar com diferentes tipos de tarefas financeiras. Cada nível é descrito de forma detalhada, indicando as competências específicas que os estudantes demonstram com maior frequência dentro de cada faixa de desempenho. O Quadro 1 a seguir apresenta uma visão geral desses níveis, destacando os tipos de tarefas que os estudantes são capazes de realizar em cada categoria de proficiência.

Quadro 1 – Níveis de proficiência

Proficiência	Descrição
Nível 1	Os estudantes no Nível 1 demonstram habilidades básicas de letramento financeiro. São capazes de identificar produtos e termos financeiros comuns, interpretar conceitos financeiros simples, reconhecer a diferença entre necessidades e desejos, e tomar decisões básicas de consumo diário, como comparar preços por unidade. Aplicam operações matemáticas simples, como adição, subtração ou multiplicação, em contextos financeiros cotidianos que provavelmente já vivenciaram.
Nível 2	No Nível 2, os estudantes começam a aplicar conhecimentos para tomar decisões financeiras em situações diretamente relevantes. Reconhecem a importância de um orçamento simples, avaliam o custo-benefício de escolhas de consumo e entendem relações entre diferentes elementos financeiros. Além disso, demonstram competências associadas ao pensamento crítico e à resolução de problemas. Este nível é considerado o mínimo necessário para uma participação plena e responsável na sociedade.
Nível 3	Os estudantes no Nível 3 aplicam conceitos, termos e produtos financeiros comuns em contextos cotidianos, considerando as consequências de suas decisões. Realizam planejamentos financeiros simples, interpretam documentos financeiros como notas fiscais e contracheques, e utilizam operações matemáticas básicas em cálculos financeiros. Demonstram também a capacidade de selecionar as ferramentas matemáticas mais

	apropriadas para resolver problemas financeiros rotineiros.
Nível 4	No Nível 4, os estudantes utilizam conhecimentos sobre conceitos e produtos financeiros menos comuns em contextos relacionados à vida adulta. Conseguem interpretar e avaliar documentos financeiros detalhados, tomar decisões considerando consequências de longo prazo e resolver problemas em situações financeiras que podem não ser familiares.
Nível 5	Os estudantes no Nível 5 apresentam domínio avançado de letramento financeiro. São capazes de analisar produtos financeiros complexos e contextos que podem ser relevantes em etapas futuras da vida, como empréstimos. Demonstram habilidades para resolver problemas financeiros não rotineiros com alto grau de precisão, considerando fatores explícitos e implícitos, como custos de transação ou taxas bancárias em cálculos detalhados.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do PISA e da OCDE (2020).

Esses níveis auxiliam na interpretação dos resultados, permitindo identificar não apenas a proporção de estudantes que alcançam determinado patamar, mas também as áreas em que há maior necessidade de intervenções educacionais.

2.4 Estudos empíricos sobre letramento financeiro no Brasil

Para a seleção dos estudos empíricos sobre letramento financeiro no Brasil, foram realizadas buscas em bases de dados acadêmicas reconhecidas, como o Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO). Os termos utilizados nas buscas incluíram "letramento financeiro", "pisa" e "políticas públicas de letramento financeira". Foram priorizados artigos que apresentassem dados empíricos sobre a relação entre o letramento financeiro e fatores como políticas educacionais, desempenho acadêmico e status socioeconômico. Os estudos selecionados foram extraídos dos documentos acadêmicos e dos relatórios e foram analisados dentro deste trabalho.

A pesquisa sobre letramento financeiro no Brasil tem crescido nas últimas décadas, abordando desde análises sobre a inclusão no ensino básico até a mensuração do nível de proficiência dos brasileiros em conceitos financeiros fundamentais. Estudos recentes analisaram dados empíricos para compreender a relação entre o letramento financeiro e aspectos como nível socioeconômico, desempenho acadêmico e impacto das políticas públicas na disseminação do conhecimento financeiro. As pesquisas revisadas foram identificadas em documentos acadêmicos e relatórios institucionais, destacando a evolução do letramento financeiro no Brasil e seus desafios estruturais (Frezza *et al.*, 2024).

Os estudos empíricos revisados exploram diferentes metodologias para avaliar o nível de letramento financeiro da população brasileira. Alguns analisam a proficiência dos

estudantes do ensino médio, com base em avaliações como o *Programme for International Student Assessment* (PISA), enquanto outros investigam a eficácia de programas educacionais e metodologias pedagógicas voltadas para o letramento financeiro. Além disso, pesquisas apontam que há uma forte correlação entre nível socioeconômico e desempenho financeiro, o que reforça a necessidade de políticas educacionais que garantam acesso equitativo ao conhecimento financeiro (Capelato; Cúri, 2023).

Quadro 2 – Quadro comparativo dos estudos empíricos sobre letramento financeiro no Brasil

Autores	Objetivo de cada artigo
Bufalo e Pinto (2023)	Investigar a implementação do letramento financeiro no ensino superior.
Capelato e Cúri (2023)	Desenvolver uma escala de proficiência em letramento financeiro.
Coutinho e Teixeira (2015)	Diagnosticar o conhecimento financeiro dos docentes.
Filho (2022)	Estudar as características socioeconômicas e financeiras pessoais em diferentes classes sociais.
Frezza <i>et al.</i> (2024)	Mapear a produção acadêmica sobre letramento financeiro no Brasil e no mundo.
Giordano <i>et al.</i> (2019)	Explorar a inclusão do letramento financeiro na BNCC.
Nascimento e Moraes (2023)	Analisar a relação entre matemática financeira e letramento financeiro.
Santos e Mourad (2024)	Revisar a evolução das pesquisas sobre letramento financeiro no Brasil.
Sena (2017)	Explorar a relação entre letramento financeiro e pensamento estatístico.
Vieira e Pessoa (2020)	Comparar estratégias de educação financeira ao redor do mundo.
Vitt (2004)	Examinar a relação entre valores pessoais e decisões financeiras.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Os estudos empíricos sobre letramento financeiro no Brasil apontam desafios comuns, incluindo a falta de formação docente (Coutinho; Teixeira, 2015), as desigualdades no nível de letramento financeiro entre diferentes classes sociais (Filho, 2022) e a necessidade de metodologias mais eficazes para a implementação do ensino financeiro (Santos; Mourad, 2024; Frozza *et al.*, 2024).

Pesquisas como as de Capelato e Cúri (2023) demonstram que o nível socioeconômico afeta diretamente a proficiência financeira, enquanto Nascimento e Moraes (2023) destacam que o ensino do letramento financeiro no Brasil ainda está excessivamente vinculado à matemática financeira, sem explorar criticamente o impacto do consumo e da gestão financeira.

Além disso, Bufalo e Pinto (2023) apontam que o letramento financeiro ainda é limitado, enquanto Giordano *et al.* (2019) ressaltam que a BNCC reconhece a importância do tema, mas sua aplicação ainda encontra obstáculos estruturais. Em um contexto internacional, Vieira e Pessoa (2020) sugerem que o Brasil precisa aprimorar suas estratégias de letramento financeiro para se alinhar a modelos mais bem-sucedidos adotados em outros países.

Por fim, Sena (2017) e Vitt (2004) sugerem que o letramento financeiro deve considerar não apenas cálculos e conhecimentos técnicos, mas também o desenvolvimento de uma compreensão estatística e a influência dos valores pessoais nas decisões financeiras. Assim, fica evidente que o letramento financeiro no Brasil precisa ser abordada de maneira mais ampla e integrada, considerando aspectos sociais, culturais e psicológicos, além da formação matemática e econômica tradicional.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

3.1 Tipologia da pesquisa

A pesquisa caracteriza-se como documental, descritiva e quantitativa. A pesquisa documental distingue-se pela utilização de fontes secundárias, tais como relatórios oficiais, artigos científicos e documentos institucionais, ainda não submetidos a uma análise mais aprofundada (Gil, 2002). Esse tipo de pesquisa é fundamental para o presente estudo, uma vez que a análise do letramento financeiro no Brasil e em outros países entre 2015 e 2022 demanda o exame de diretrizes institucionais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), relatórios do *Programme for International Student Assessment* (PISA) e documentos da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), entre outros.

A pesquisa descritiva, por sua vez, tem como principal objetivo a caracterização detalhada de um fenômeno ou população, buscando compreender seus atributos e estabelecer relações entre variáveis (Gil, 2002). No contexto do estudo, a abordagem descritiva permite a identificação das políticas públicas de letramento financeiro no Brasil e a comparação de seu impacto com estratégias adotadas em outros países. Além disso, possibilita a análise do desempenho dos estudantes brasileiros no PISA, avaliando a o status socioeconômico nos resultados obtidos.

Já pesquisa quantitativa fundamenta-se na mensuração de dados, aplicando técnicas estatísticas para a interpretação dos resultados (Gil, 2002). Para este estudo, a abordagem quantitativa é essencial na análise dos dados fornecidos pelo PISA e por levantamentos nacionais, permitindo a comparação objetiva do nível de letramento financeiro entre países. A utilização de indicadores numéricos viabiliza a identificação de padrões e tendências ao longo do período analisado, contribuindo para uma avaliação mais precisa do impacto das políticas públicas do letramento financeiro no Brasil.

3.2 Coleta e análise dos dados

A coleta de dados deste estudo fundamenta-se em dados secundários, obtidos a partir de fontes institucionais e relatórios oficiais. As principais fontes utilizadas incluem o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e os relatórios do *Programme for International Student Assessment* (PISA), organizados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Os relatórios do PISA 2015,

2018 e 2022 foram analisados para compreender o desempenho dos estudantes em letramento financeiro, permitindo identificar tendências, padrões e correlações entre nível socioeconômico e proficiência financeira.

Os dados coletados englobam as seguintes variáveis de interesse:

- a) Desempenho dos estudantes em letramento financeiro: Foram analisados os relatórios do PISA de 2015, 2018 e 2022, que avaliaram a capacidade dos alunos de 15 anos de aplicar conhecimentos financeiros a situações do cotidiano. A métrica utilizada pelo PISA permite comparações internacionais, possibilitando a avaliação do nível de proficiência dos estudantes brasileiros em relação a outros países (OCDE, 2017; 2020; 2024).
- b) Comparar o status socioeconômico e o desempenho em letramento financeiro: O PISA fornece um indicador de status socioeconômico dos estudantes, permitindo a análise da correlação entre nível socioeconômico e desempenho financeiro. Estudos anteriores indicam que estudantes de famílias com maior nível socioeconômico apresentam melhores resultados em letramento financeiro, reforçando a importância da equidade no ensino financeiro (INEP, 2020).

Para a análise dos dados, utilizou-se métodos quantitativos e comparativos para identificar padrões de desempenho, desigualdades socioeconômicas e tendências evolutivas no período de 2015 a 2022. As informações foram organizadas e interpretadas a partir de tabelas, gráficos e comparações entre os resultados obtidos nos diferentes ciclos do PISA. O cruzamento dos dados permitiu uma visão abrangente e crítica do letramento financeiro no Brasil, evidenciando avanços, desafios e possíveis caminhos para o aprimoramento das políticas públicas voltadas ao tema.

Vale ressaltar que esta foi a quarta vez que a OCDE avaliou o letramento financeiro dos estudantes, sendo que as edições anteriores ocorreram em 2012, 2015, 2018 e 2022. Contudo, o Brasil participou apenas das três últimas edições.

A análise comparativa envolveu países membros e parceiros da OCDE, permitindo um panorama abrangente sobre o desempenho do Brasil em relação a outros sistemas educacionais.

O PISA é usado como uma ferramenta de avaliação em muitas regiões ao redor do mundo. Foi implementado em 72 países em 2015, 79 em 2018 e 81 países e economias em 2022 (OCDE, 2024). Atualmente, a OCDE é composta por 38 países membros, incluindo

nações como Estados Unidos, Alemanha, França, Canadá, Japão e Austrália. Além disso, o PISA também avalia países parceiros, que não integram formalmente a OCDE, mas participam voluntariamente da pesquisa. Entre os países parceiros que participaram da avaliação de letramento financeiro estão Brasil, Hong Kong (China), Peru, Bulgária, Malásia e Emirados Árabes Unidos.

A análise foi realizada a partir dos dados disponibilizados pelo PISA, considerando médias de desempenho, proficiência e correlações entre o desempenho e status socioeconômico. Esse procedimento possibilitou uma visão aprofundada sobre as desigualdades no letramento financeiro, que deve auxiliar na construção de estratégias para a melhoria da alfabetização financeira no Brasil.

O status socioeconômico no PISA é representado pelo índice de status econômico, social e cultural (ESCS), um indicador composto que combina diversas variáveis relacionadas ao ambiente familiar dos estudantes. De acordo com a Avvisati (2020), esse índice busca medir o acesso dos alunos a recursos familiares, como capital financeiro, social, cultural e humano, que influenciam sua posição social e oportunidades educacionais.

De acordo com Avvisati e Wuyts (2024), o ESCS é calculado com base em três dimensões principais:

1. Escolaridade dos pais – medida pelo nível de escolaridade mais alto atingido pelos responsáveis, expresso em anos de estudo;
2. Ocupação dos pais – determinada pela classificação no Índice Internacional de Status Socioeconômico de Ocupações;
3. Bens e recursos domésticos – incluindo acesso a livros em casa, presença de espaço de estudo, dispositivos tecnológicos e outros bens considerados indicadores do nível socioeconômico

O ESCS é um dos principais fatores para análise da equidade educacional. Estudos indicam que estudantes de famílias com nível socioeconômico mais elevado tendem a apresentar melhor desempenho acadêmico, enquanto aqueles de famílias mais vulneráveis enfrentam desafios adicionais. Esse índice também é usado para comparar políticas educacionais entre países e monitorar desigualdades ao longo do tempo (Avvisati; Wuyts, 2024)

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Comparação do letramento financeiro no Brasil com outros países

Apesar do desempenho dos estudantes em letramento financeiro ter sido avaliado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) nas edições do PISA realizadas em 2012, 2015, 2018 e 2022, o Brasil participou apenas das três edições mais recentes, oferecendo uma perspectiva limitada, porém relevante, sobre o desempenho nacional nesse domínio ao longo do tempo.

A Tabela 1 mostra a série histórica do Brasil em Letramento Financeiro no PISA e as medidas de erro-padrão da média de cada edição. O período avaliativo inicia em 2015 quando a escala desse domínio foi medida pela primeira vez no Brasil (INEP, 2025, online).

Tabela 1 – Médias e medidas de erro-padrão por edição

Edição	Brasil	Erro-Padrão
2015	393	3,8
2018	420	2,3
2022	416	2,3

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do PISA e da OCDE (2017, 2020 e 2024).

Os resultados do PISA nas edições de 2015, 2018 e 2022 mostram que o desempenho do Brasil em letramento financeiro ainda não foi suficiente para alcançar a média global da OCDE. O desempenho do Brasil em Letramento Financeiro está bem abaixo da média dos 10 países e economias da OCDE que participaram da avaliação (Brasil, 2017).

Em 2015, o Brasil apresentou uma pontuação média de 393 pontos, consideravelmente abaixo da média da OCDE, que foi de 489 pontos. Em 2018, houve um avanço, com a média subindo para 420 pontos, refletindo esforços iniciais para integrar o letramento financeiro no currículo escolar, especialmente com o início da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Contudo, em 2022, o Brasil registrou uma leve queda para 416 pontos, indicando estagnação no progresso.

Tabela 2 – Comparativo Brasil x Média OCDE

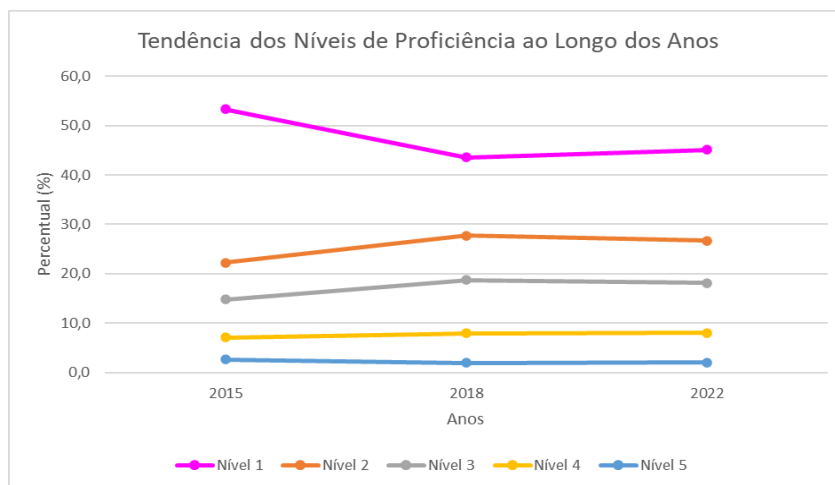
Edição	Brasil	Média OCDE
2015	393	489
2018	420	505
2022	416	498

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do PISA e da OCDE (2017, 2020 e 2024).

Comparando os resultados de letramento financeiro do Brasil nas edições do PISA com as médias da OCDE, observa-se uma diferença que reflete os desafios educacionais enfrentados pelo país. Em 2015, a média brasileira foi de 393 pontos, ficando 96 pontos abaixo da média da OCDE (489 pontos) (OCDE, 2017). Houve um progresso até 2018, quando a pontuação brasileira aumentou para 420 pontos, enquanto a média da OCDE subiu para 505 pontos, reduzindo a diferença para 85 pontos (OCDE, 2020). No entanto, em 2022, o Brasil registrou uma leve queda para 416 pontos, enquanto a média da OCDE foi de 498 pontos, resultando em uma diferença de 82 pontos (OCDE, 2024). Essa estagnação sugere impactos da pandemia de Covid-19, que exacerbaram as desigualdades educacionais no país.

Os relatórios do PISA destacam a importância de políticas voltadas para a equidade educacional, formação docente e implementação consistente da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para melhorar o letramento financeiro no Brasil.

Gráfico 1 – Tendência dos Níveis de Proficiência ao Longo dos Anos (Brasil)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do PISA e da OCDE (2017, 2020 e 2024).

Os resultados evidenciam desafios no letramento financeiro dos estudantes brasileiros. Em 2015, 53,3% dos estudantes estavam no Nível 1, representando habilidades financeiras básicas ou insuficientes. Esse percentual reduziu-se para 43,6% em 2018, indicando um progresso inicial, possivelmente associado às primeiras implementações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Contudo, em 2022, o percentual voltou a aumentar para 45,1%, refletindo uma estagnação no avanço das competências básicas (OCDE, 2017; 2020; 2024). Já o Nível 2, considerado o mínimo necessário para participação financeira eficaz na sociedade, apresentou um crescimento de 22,2% em 2015 para 27,7% em 2018, mas caiu ligeiramente para 26,7% em 2022, demonstrando dificuldade em sustentar os avanços iniciais (OCDE, 2017; 2020; 2024).

Nos níveis intermediários, o Nível 3 passou de 14,8% em 2015 para 18,8% em 2018, mas caiu levemente para 18,1% em 2022, enquanto o Nível 4 permaneceu praticamente inalterado, com 7,1% em 2015 e 8% em 2018 e 2022. Esses dados apontam para uma estagnação no desenvolvimento de competências financeiras intermediárias. Por fim, o Nível 5, que reflete alta proficiência em letramento financeiro, apresentou resultados consistentemente baixos, variando de 2,6% em 2015 para 1,9% em 2018 e subindo marginalmente para 2% em 2022, evidenciando a dificuldade do sistema educacional em preparar estudantes para níveis de excelência (OCDE, 2017; 2020; 2024).

Esses resultados indicam que, embora tenha havido avanços entre 2015 e 2018, como a redução inicial de estudantes no Nível 1, o desempenho nacional enfrenta dificuldades para superar a estagnação, especialmente nos níveis mais avançados. Fatores como desigualdades socioeconômicas, formação docente insuficiente e a implementação inconsistente da BNCC são elementos cruciais que influenciam esses resultados e precisam ser tratados de forma mais robusta para garantir avanços sustentáveis no letramento financeiro brasileiro (OCDE, 2020; 2024).

4.2 Comparação do status socioeconômico e do desempenho do letramento financeiro no ensino básico (BRASIL x OCDE)

Pesquisas mostraram que vários aspectos do histórico familiar e do ambiente doméstico dos estudantes podem prever suas competências e habilidades em alfabetização financeira (OCDE, 2017). Segundo a OCDE (2024), diversos estudos (Endro *et al.*, 2019; Lusardi; Mitchell; Curto, 2010; Riitsalu; Pöder, 2016; Cameron *et al.*, 2014; Anders; Jerrim; Macmillan, 2023) indicam que a alfabetização financeira entre os jovens está associada a

fatores demográficos e socioeconômicos, como o nível de escolaridade dos pais, a renda familiar e os bens materiais da família.

O status socioeconômico de um estudante e de sua família abrange os recursos financeiros, sociais, culturais e de capital humano disponíveis, conforme discutido por Cowan *et al.* (2012, *apud* OCDE, 2024). No âmbito do PISA (2024), esse conceito é sintetizado por meio do índice de status econômico, social e cultural (ESCS), uma medida composta que reúne informações autorrelatadas sobre o histórico familiar do estudante.

O índice ESCS é formado a partir de três principais componentes: o nível de escolaridade dos pais, suas ocupações e a posse de bens domésticos, os quais são considerados indicadores de riqueza material ou capital cultural, como o acesso a um carro, um ambiente adequado para estudo, conexão à internet e a quantidade de livros na residência. Para garantir a comparabilidade internacional, o índice foi padronizado com uma média de 0 e um desvio padrão de 1 entre os países da OCDE (OCDE, 2024).

Tabela 3 – Situação socioeconômica dos estudantes entre BRASIL e OCDE

Edição	Brasil	OCDE
2015	-0.96	-0.04
2018	-1.10	-0.03
2022	-0.99	0.00

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do PISA e da OCDE (2017, 2020 e 2024).

No ano de 2015, o Brasil apresentou um índice ESCS de (-0.96), enquanto o da OCDE foi de (-0.04). Essa diferença indica que os estudantes brasileiros, em média, pertencem a famílias com menor nível educacional dos pais, ocupações de menor prestígio e menos recursos educacionais em casa em comparação aos países da OCDE. Segundo a OCDE (2017), a disparidade no ESCS afeta diretamente o desempenho dos alunos em letramento financeiro, uma vez que a exposição precoce a conceitos financeiros e a disponibilidade de recursos educacionais são fatores determinantes para o aprendizado nesse campo.

Em 2018, a diferença entre o Brasil e a OCDE tornou-se ainda maior. O índice ESCS do Brasil caiu para (-1.10), enquanto o da OCDE permaneceu relativamente estável em (-0.03). Esse aumento da disparidade socioeconômica no Brasil pode estar relacionado a fatores como recessão econômica e redução de investimentos em políticas educacionais e sociais. Estudos da OCDE (2020) indicam que, em contextos de crise econômica, alunos de famílias com menor ESCS tendem a sofrer impactos mais severos em seu aprendizado, o que pode ter contribuído para o agravamento da desigualdade educacional no país.

Já em 2022, o índice ESCS do Brasil apresentou uma leve recuperação para (-0.99), enquanto o da OCDE foi de (0.00). Esse resultado mostra que houve uma pequena melhoria nas condições socioeconômicas dos estudantes brasileiros em relação a 2018. No entanto, a diferença em relação a OCDE continua expressiva, demonstrando que o Brasil ainda enfrenta desafios estruturais para garantir maior equidade na educação e no desenvolvimento do letramento financeiro dos estudantes.

Tabela 4 – Relação entre o Índice ESCS e as Notas do PISA em Letramento Financeiro (Brasil x OCDE)

Edição	Índice ESCS Brasil	Índice ESCS OCDE	Nota Brasil (Letramento Financeiro)	Nota Média OCDE (Letramento Financeiro)
2015	-0.96	-0.04	393	489
2018	-1.10	-0.03	420	505
2022	-0.99	0.00	416	498

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do PISA e da OCDE (2017, 2020 e 2024).

O índice ESCS do Brasil é sistematicamente inferior ao da OCDE, refletindo um status socioeconômico mais baixo dos estudantes brasileiros. Essa desigualdade impacta o letramento financeiro, resultando em um desempenho inferior ao dos países da OCDE e demonstrando a relação entre condições socioeconômicas e aprendizado financeiro (OCDE, 2020).

Em 2015, o índice ESCS do Brasil foi de (-0.96), enquanto o da OCDE se manteve próxima de (-0.04), evidenciando uma diferença de (-0.92), indicando uma discrepância socioeconômica entre os estudantes brasileiros e os da OCDE. Esse contexto se traduziu no desempenho em letramento financeiro, com os estudantes brasileiros alcançando 393 pontos, 96 a menos que a média da OCDE (489 pontos). Esses dados reforçam a forte relação entre condições socioeconômicas desfavoráveis e menor desempenho em letramento financeiro (OCDE, 2017).

Já em 2018, o índice ESCS do Brasil caiu para (-1.10), representando a maior queda no período analisado, enquanto a índice ESCS da OCDE permaneceu estável em (-0.03), ampliando a diferença para (-1.07). Apesar desse agravamento socioeconômico, o desempenho em letramento financeiro no Brasil aumentou para 420 pontos, reduzindo a diferença em relação à média da OCDE de 96 para 85 pontos. Esse resultado sugere que, mesmo diante de um cenário de maior desigualdade socioeconômica, avanços no letramento financeiro ou políticas públicas podem ter atenuado parte desse impacto (OCDE, 2020).

Em 2022, o índice ESCS do Brasil apresentou uma leve melhora, passando para (-0.99), enquanto o da OCDE atingiu (0.00), reduzindo a diferença entre ambos para (-0.99), embora ainda elevada. No entanto, o desempenho em letramento financeiro do Brasil caiu para 416 pontos, enquanto a média da OCDE recuou para 498 pontos, ampliando a diferença para 82 pontos. Esses dados indicam que a condição socioeconômica continua sendo um fator determinante no desempenho dos estudantes, embora haja sinais de relativa estabilização (OCDE, 2024).

Os dados analisados mostram uma relação entre o ESCS e o desempenho em letramento financeiro, em que menores níveis socioeconômicos tendem a estar associados a notas mais baixas. No entanto, a elevação das pontuações em 2018, mesmo com a piora do ESCS, sugere que outros fatores, como políticas educacionais e maior acesso a conteúdos financeiros, podem ter contribuído para mitigar os efeitos da desigualdade.

Apesar dos avanços pontuais, o Brasil permanece significativamente abaixo da média da OCDE em ambas as métricas, reforçando a necessidade de políticas públicas eficazes para reduzir o impacto das desigualdades socioeconômicas no letramento financeiro e promover um aprendizado mais equitativo (OCDE, 2024).

5 CONCLUSÃO

Este estudo analisou o comportamento do desempenho do letramento financeiro no ensino básico do Brasil em comparação com outros países, investigando o papel das políticas públicas, comparando o desempenho do letramento financeiro e comparando o status socioeconômico e o desempenho do letramento financeiro no ensino básico no Brasil com outros países. Os resultados indicaram que, apesar da inclusão do letramento financeiro na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da implementação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), ainda há desafios estruturais que impactam a efetividade dessas iniciativas. A desigualdade socioeconômica se revelou um fator determinante no desempenho dos alunos, reforçando a necessidade de políticas mais abrangentes para garantir equidade no acesso ao conhecimento financeiro.

A comparação com outros países evidenciou que o Brasil segue com um desempenho inferior aos países da OCDE, o que demonstra a necessidade de aprimorar tanto a formação dos docentes quanto os materiais didáticos voltados para a educação financeira (Santos; Mourad, 2024). Além disso, a relação entre o status socioeconômico e a proficiência dos alunos destacou a importância de estratégias que reduzam essa disparidade, ampliando o alcance das políticas públicas para atender alunos em situação de vulnerabilidade social.

Entretanto, este estudo apresenta algumas limitações, como a dependência de dados secundários e a impossibilidade de avaliar diretamente a aplicação prática do letramento financeiro na vida dos estudantes. Assim, pesquisas futuras poderiam explorar abordagens qualitativas, investigando como o ensino financeiro se traduz no cotidiano dos alunos, bem como analisar o impacto a longo prazo dessas políticas na autonomia econômica da população jovem.

Diante disso, reforça-se a necessidade de avançar na implementação de metodologias de ensino mais dinâmicas e integradas ao contexto dos estudantes, bem como na formulação de políticas públicas que considerem não apenas a inserção do tema no currículo escolar, mas também sua efetividade no desenvolvimento de competências financeiras essenciais para a vida adulta.

REFERÊNCIAS

- AVVISATI, F. The measure of socio-economic status in PISA: a review and some suggested improvements. **Large-scale Assess Educ**, v. 8, n. 8, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1186/s40536-020-00086-x>. Disponível em: <https://largescaleassessmentsineducation.springeropen.com/articles/10.1186/s40536-020-00086-x>. Acesso em: 25 nov. 2024.
- AVVISATI, F.; WUYTS, C.. The Measurement of Socio-economic Status in PISA, **OECD Education Working Papers**, n. 321, OECD Publishing, Paris, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1787/0c5b793c-en>. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/the-measurement-of-socio-economic-status-in-pisa_0c5b793c-en.html. Acesso em: 25 nov. 2024.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Diretoria Colegiada. **Decreto nº 7.397**, de 22 de dezembro de 2010; Deliberações Conef nº 1, nº 2 e nº 3, de 26 de maio de 2011.7. Brasil: implementando a estratégia nacional de educação financeira. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf. Acesso em: 08 dez. 2024.
- BORGES DE CARVALHO, J.; DE SOUZA PEREIRA, A. Uma revisão integrativa sobre a importância da educação financeira considerando os reflexos da pandemia de covid-19. **Journal of Education Science and Health**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 01–11, 2023. DOI: 10.52832/jesh.v3i1.158. Disponível em: <https://bio10publicacao.com.br/jesh/article/view/158>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- BRASIL. **Decreto nº 10.393**, de 9 de junho de 2020. Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jun. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.
- BRASIL. **Decreto nº 7.397**, de 22 de dezembro de 2010. Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA**. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa>. Acesso em: 20 jan. 2025.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **PISA 2015: um olhar sobre o letramento financeiro dos estudantes brasileiros**. Brasília, DF: INEP, 2017. Disponível em: https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2015/pisa_letramento_financeiro_brasil.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Histórico**. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa/historico>. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei das diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 21 nov. 2024.

BUFALO, D. C. L.; PINTO, R. Â. B.. Políticas públicas de educação financeira: do processo histórico às ações práticas em Instituições de Ensino Superior. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 28, p. e023023, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/tJxQRnsvdtYNRM9xMz9Wvwb/?lang=pt#>. Acesso em: 20 nov. 2024.

CAPELATO, É.; CÚRI, M.. Proficiência em Letramento Financeiro: estudo a partir de uma escala e de um Teste Adaptativo Computadorizado baseados na Teoria de Resposta ao Item. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, v. 37, n. 77, p. 1063–1086, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-4415v37n77a07>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bolema/a/HVFTWGSfMn5zjJMcR7qz8bj/?lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2024.

COUTINHO, C. Q. S.; TEIXEIRA, J. Letramento financeiro: um diagnóstico de saberes docentes. **Revemat: Revista Eletrônica de Educação Matemática**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 1-12, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5007/1981-1322.2015v10n2p1>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revemat/article/view/1981-1322.2015v10n2p1>. Acesso em: 25 nov. 2024.

FILHO, G. A. L.. Características socioeconômicas e financeiras pessoais: estudo comparativo entre as classes sociais. **Revista Economia e Políticas Públicas**, Montes Claros, v. 9, n. 2, p. 91-114, 2022. DOI: <https://doi.org/10.46551/epp2021924>. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/economiaepoliticaspUBLICAS/article/view/493>. Acesso em: 25 nov. 2024.

FRANZONI, P.; MARTINS, S. N.; QUARTIERI, M. T. A educação financeira como política pública no ensino básico: Algumas reflexões. **Revista Educação, Cultura e Sociedade, [S. l.]**, v. 8, n. 2, 2018. DOI: 10.30681/ecs.v8i2.3226. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs/article/view/8427>. Acesso em: 20 nov. 2024.

FROZZA, M.; DALLA PORTA, L.; ALVES, M. A.. Mapeamento bibliográfico dos estudos sobre letramento financeiro no Brasil e no mundo. **Ensino & Pesquisa**, União da Vitória, v. 22, n. 2, p. 888-904, abr./ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.33871/23594381.2024.22.2.7640>. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/ensinoepesquisa/article/view/7640>. Acesso em: 20 nov. 2024.

GIL, A. C.. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p. ISBN 85-224-3169-8. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 19 fev. 2025.

GIORDANO, C. C.; ASSIS, M. R. da S.; COUTINHO, Cileda de Queiroz e Silva. A educação financeira e a base nacional comum curricular. **Em Teia | Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, [S. l.], v. 10, n. 3, 2019. DOI: 10.36397/emteia.v10i3.241442. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/emteia/article/view/241442>. Acesso em: 20 nov. 2024.

INEP. **Matriz de Referência de Análise e de Avaliação de Letramento Financeiro**.

Brasília, DF, 2020. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_superior/matriz_de_referencia_de_analise_e_de_avaliacao_de_letramento_financeiro_pisa_2021.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

NASCIMENTO, E. R. da S.; MORAES, F. R. F. Mapeamento de pesquisas acerca do letramento matemático e letramento financeiro no Brasil (2012-2021). **Educação Matemática Debate**, Montes Claros, v. 7, n. 13, p. 1–13, 2023. DOI:

10.46551/emd.v7n13a14. Disponível em:

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/emd/article/view/6679>. Acesso em: 20 nov. 2024.

OECD. **PISA 2015 Results (Volume IV): Students' Financial Literacy**, PISA, OECD

Publishing, Paris, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264270282-en>. Acesso em: 20 nov. 2024.

OECD. **PISA 2018 Results (Volume IV): Are Students Smart about Money?**, PISA,

OECD Publishing, Paris, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/48ebd1ba-en>. Acesso em: 20 nov. 2024.

OECD. **Recommendation of the Council on Financial Literacy**, OECD Publishing, Paris,

2020. Disponível em: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0461>. Acesso em: 23 nov. 2024.

OECD. **PISA 2022 Results (Volume IV): How Financially Smart Are Students?**, PISA,

OECD Publishing, Paris, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/5a849c2a-en>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SANTOS, D. Q.; MOURAD, L. Trajetórias e perspectivas da pesquisa em educação financeira e letramento: uma revisão das últimas duas décadas. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA**, [S. l.], v. 22, n. 8, p. e6258, 2024. DOI:

10.55905/oelv22n8-109. Disponível em:

<https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/6258>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SENA, F. D. de L.. **Educação financeira e estatística: estudo de estruturas de letramento e pensamento**. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática). Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 108 f, 11 mai. 2017. Disponível em:

<https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/20154>. Acesso em: 25 nov. 2024.

SOARES, S. S. D.; NASCIMENTO, P. A. M. M.. Evolução do desempenho cognitivo dos jovens brasileiros no Pisa. **Cadernos de Pesquisa**, v. 42, n. 145, p. 68–87, jan. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742012000100006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/DZVfsstYkYdn4bJDHjQZpVQ/?lang=pt>. Acesso em: 25 nov. 2024.

VIEIRA, G. S.; PESSOA, C. A. Educação Financeira pelo mundo: Como se organizam as Estratégias Nacionais? Financial education around the world: how are national strategies organized?. **Educação Matemática Pesquisa**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 658–688, 2020. DOI: 10.23925/1983-3156.2020v22i2p658-688. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/47580>. Acesso em: 22 nov. 2024.

VITT, L. Consumers' Financial Decisions and the Psychology of Values. **Research Gate**, [s. l.], p. 68-77, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228292732_Consumers'_Financial_Decisions_and_the_Psychology_of_Values. Acesso em: 13 dez. 2024.